



# Resenha



# Néstor García Canclini

*tradução e aproximações  
a contextos brasileiros<sup>1</sup>*

*Gleise Cristiane Ferreira de Oliveira<sup>2</sup>*

- .....
- 1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
  - 2 Mestre e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura), bolsista do Fundo de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB). Pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). E-mail: gleise.cultura@gmail.com

## RESUMO

Resenha do livro *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões*, publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) no ano de 2019. Organizado por Renata Rocha e Juan Brizuela, o livro reúne, de forma inédita, traduções para o português de importantes textos do antropólogo argentino, Nestor Garcia Canclini, e reflexões de professores e pesquisadores brasileiros que se dedicam às Políticas Culturais.

**Palavras-chave:** *cultural policy; concept; culture.*

## ABSTRACT

Review of the book *Cultural policy: concept, trajectory and reflections*, published by Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) in 2019. Organized by Renata Rocha and Juan Brizuela, the book brings together, in an unprecedented way, translations into Portuguese of important texts by the Argentine anthropologist, Nestor Garcia Canclini, and reflections by Brazilian professors and researchers dedicated to Cultural Policies.

**Palavras-chave:** *cultural policy; concept; culture.*

## INTRODUÇÃO

Néstor García Canclini figura entre os principais teóricos da cultura na atualidade. Apesar de amplamente citada entre os pesquisadores e estudiosos das políticas culturais, a parte relevante da obra do autor dedicada ao tema, em específico, não estava disponível em língua portuguesa. Com a tradução de artigos relevantes, o livro *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões*, de Néstor García Canclini, contribui para a superação da barreira linguística do Brasil em relação ao contexto latino-americano. A tradução do espanhol e a organização do livro ficaram a cargo de Renata Rocha e Juan Ignacio Brizuela, ambos pesquisadores dedicados ao estudo das políticas culturais, especialmente na América Latina.

O livro, publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), em 2019, é subdividido em duas partes. A primeira, *Reflexões de Néstor García Canclini sobre as políticas culturais*, é composta por três ensaios do autor, enquanto a segunda parte é composta pela proposta, feita por professores e pesquisadores

brasileiros dedicados ao estudo das políticas culturais, de *Reflexões sobre as políticas culturais em Néstor García Canclini*. Por fim, há um *post scriptum* – “É possível uma nação em uma cultura globalizada” (CANCLINI, 2019, p. 143-154) –, que estava, originalmente, no livro *¿Y ahora qué? México ante el 2018*, de 2018, e foi incluído em *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões* a pedido do próprio Canclini.

O prefácio, escrito por Leonardo Costa, professor da Faculdade de Comunicação da UFBA, nos indaga se as políticas culturais estão em crise. Uma das suas constatações diz respeito à atualidade das discussões travadas, até mesmo aquelas elaboradas há mais de três décadas da publicação do livro. A análise de Costa conecta trechos de textos de Canclini a flashes contemporâneos da cultura e política cultural brasileira, ou melhor, a ausência dela e, numa síntese, coloca em cena a questão da desimportância dada a cultura por agentes políticos, ilustrada com a ausência da pauta da política cultural em planos de governo dos presidenciáveis do Brasil em 2018. O professor nos faz refletir, ainda, sobre a falta de protagonismo da cultura como um elemento de desenvolvimento pautado, exclusivamente, pelo viés econômico no sentido mais estreito que o termo pode adotar.

Já a introdução do livro considera os aspectos fundamentais para situar o local e a circunstância de elaboração do conceito de políticas culturais, que, mesmo sem ser consenso entre os diversos estudiosos, é um ponto quase unânime de coalizão entre pesquisadores. Inegável marcador e presente em todo o livro é a operacionalidade de tal conceito para pensar a política – mais ampla – e a política cultural – mais específica – no contexto brasileiro. Como posto,

[...] a cultura volta a enfrentar um novo ciclo de retração, não apenas em relação aos recursos a ela destinados pelas iniciativas governamentais, mas também diante de uma onda conservadora que busca deslegitimar, impedir e

mesmo criminalizar manifestações culturais e artísticas que não se adequam aos seus padrões de moralidade e suposta neutralidade política. (CANCLINI, 2019, p. 16)

A pergunta e título do ensaio que introduz a primeira parte do livro, *A melhor política cultural é a que não existe?*, de 2003, nos conduz para reflexões ainda atuais. O autor revela que a cultura permanece no escanteio das ações pelo desenvolvimento mesmo quando movimentada as indústrias culturais simbólica e financeiramente. Um dos pontos cruciais é a desconstrução da ideia de ausência de políticas para o setor cultural nos Estados Unidos, uma vez que “[...] o cinema estadunidense é um dos mais subsidiados do mundo” (CANCLINI, 2019, p. 26). Outro equívoco apontado pelo autor seria o entendimento de que recursos em cultura são despesas, não investimento. Diante da tentativa recorrente de extinguir a institucionalidade da cultura, Canclini (2019, p. 28) mais uma vez confirma, infelizmente, a sua atualidade.

Precisamos dos órgãos ameaçados não só para que continuem fazendo suas tarefas históricas. Também para que nutram decisões políticas mais bem fundamentadas com estatísticas culturais e estudos sobre públicos, como ocorre nos departamentos de investigação dos ministérios da cultura do Canadá, França e de outros países com desenvolvimento cultural mais consistente.

No Brasil, desde que Jair Bolsonaro assumiu a presidência, as ações do governo federal no campo da cultura têm se mostrado bastante trágicas. Além da fragilidade dos órgãos, como a extinção do Ministério da Cultura e a subordinação/pulverização de parte de suas atribuições nas pastas de Cultura e Cidadania, vários foram os secretários que já ocuparam a pasta. Atualmente, mesmo diante de uma crise sanitária sem precedentes, o governo federal se exime de protagonizar ações e iniciativas para mitigar os efeitos da pandemia, inclusive vetando leis emergenciais para o setor cultural.

No capítulo *Por que legislar sobre indústrias culturais*, um texto de 2001, o autor lista alguns motivos para legislar, ao mesmo tempo que refuta o tradicional embate entre o público e o privado. Sob tal perspectiva, a criação de regulamentações, inclusive como uma forma de suporte que auxilia a garantia da diversidade, é fundamental, visto que: “Os Estados podem proteger legalmente e apoiar economicamente programas de produção e distribuição que ajudem na subsistência de grupos e redes menos poderosos, mais inovadores ou representativos de minorias” (CANCLINI, 2019, p. 41).

O terceiro capítulo, *Políticas Culturais e crise de desenvolvimento*, escrito em 1987, tanto apresenta as políticas culturais como um “espaço de existência duvidosa” (CANCLINI, 2019, p. 46 quanto as desmonta como justificativas para o subtítulo do livro – conceito, trajetória e reflexão. No que toca à questão do **conceito**, o capítulo problematiza os discursos e embates entre os usos e a **trajetória** da aproximação do binômio política e cultura, descrevendo alterações vividas em pelo menos duas décadas e que foram complexificando o entendimento de política cultural ao desvincular, por exemplo, este conceito da sua relação com apenas o estado e aproximá-lo de ações lideradas por outros atores. A construção do conceito e da trajetória das políticas culturais se desdobra também na sua **reflexão**, como tratado no decorrer de todo o subtítulo – *as transformações na análise das políticas culturais*.

Além de observar e categorizar modelos de políticas culturais, Canclini questiona o papel dos partidos de esquerda e indica quais os caminhos que estes precisam trilhar para alcançarem os setores populares e para criarem políticas culturais que superem as visões elitistas e já tradicionais em outros modelos.

Os textos que compõem a segunda parte do livro são relevantes análises, complementos e atualizações das reflexões mencionadas, contribuindo consideravelmente para a aproximação e o aprofundamento do estudo da realidade brasileira.

Em *Política cultural, movimentos sociais e democracia: releitura e questões a partir de 'Políticas culturales y crisis de desarrollo'*, Alexandre Barbalho faz uma intervenção considerando o contexto brasileiro do momento em que Canclini escreveu o texto, há mais de 30 anos. Esse texto-análise realiza um importante debate e aproximação da situação político-social do país nos anos 1980 e 1990, atualizando-a quanto a questões ainda presentes nas políticas culturais contemporâneas. Em sua conclusão, Barbalho atesta a atualidade e urgência dos temas discutidos ao constatar que vivemos uma nova onda neoliberal com acenos conservadores e a afirmação de valores contrários a uma democracia cultural.

Humberto Cunha Filho, em *Políticas culturais em Canclini e contraste com a Constituição Cultural do Brasil*, discute a perspectiva do conceito, em Canclini, como uma **definição**, termo mais adequado, segundo o autor, para tratar dos processos nas ciências humanas e sociais. Com o olhar para a sua área de atuação, Cunha Filho verifica aproximações e distanciamentos da **definição** de políticas culturais do que está expresso na Constituição brasileira de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã/Cultural. A partir da contraposição de trechos das reflexões de Canclini com os da Carta Magna, a aplicabilidade da definição é constatada e analisada por partes, considerando: (1) atuação comissiva; (2) múltiplos agentes; (3) objetivo (1, 2 e 3); (4) contraobjetivo ao terceiro objetivo. Com essa leitura em recortes, o pesquisador consegue conduzir o texto por uma leitura fragmentada, porém densa, dos itens que estão em análise, aproximando-os ou distanciando-os do proposto na legislação nacional.

O texto de Isaura Botelho trata da *Atualidade das intervenções de Néstor García Canclini*. Nele, são constatados o caráter cíclico e a ainda ausente institucionalidade duradoura das políticas culturais. A autora também preenche as lacunas analíticas deixadas por Canclini, uma vez que os exemplos dados, conforme ele mesmo destaca em algumas passagens, são, em sua maioria, de países



cuja realidade ele pôde vivenciar. Dessa forma, são adicionadas importantes informações das ações e políticas implementadas pelos governos brasileiros, sobretudo no audiovisual. Essa estratégia analítica aproxima a publicação da realidade social dos leitores nacionais.

No capítulo sete, José Roberto Severino realiza uma imersão em produções de Canclini que ultrapassa a avaliação de capítulos traduzidos pela edição em análise. Com o título *Políticas culturais em Néstor García Canclini: algumas observações*, o pesquisador, assim como os demais, reconhece a importância da obra de Canclini para os estudos e o seu caráter didático. A análise persegue o conceito de cultura popular e suas implicações teóricas, uma vez que o marco conceitual se aproxima de uma “democracia participativa”, o que, consoante com a leitura de Severino, estaria mais adequado ao ideário de política cultural. Este, por sua vez, deveria ser estabelecido a partir de uma ação progressista e, portanto, crítica aos modelos guiados pela lógica do mercado ou do liberalismo econômico.

Lia Calabre debate, como aponta o título do capítulo, *Sobre o conceito de políticas culturais* e, numa perspectiva histórica, avalia percursos pendulares, com construções e desconstruções, a partir da década de 1980, quando no Brasil se iniciava um processo de redemocratização que não aconteceu de modo linear, mas sim com avanços e recuos. Desse modo, a realidade brasileira é retomada a partir do percurso ainda instável das políticas de cultura que, historicamente, passam por discontinuidades/rupturas, impedindo “[...] um grau razoável de consolidação” (CALABRE apud CANCLINI, 2019, p. 134). A autora confirma a contemporaneidade do conceito de políticas culturais delimitado por Canclini, que permite a multiplicidade, diversidade e abrangência das produções culturais, bem como rompe com o paradigma da “democratização da cultura” para reivindicar uma “democracia cultural”. Um aspecto crucial

da análise está na importância de manter o conceito atrelado ao defendido pelo autor, mesmo sob o risco de interpretações equivocadas serem feitas e deslegitimarem o lugar-militância de Canclini, visto que: “O contexto político em que o mesmo está sendo proposto necessita ser precisado, demarcado. Ele pode se tornar perigoso quando apropriado para um uso retórico, seja de viés populista, neoliberal ou mesmo autoritário e dirigista” (CALABRE apud CANCLINI, 2019, p. 137).

Por fim, tem-se o *post-scriptum*, que versa sobre o contexto mexicano e a situação de consumo cultural frente ao “mundo globalizado”. Canclini, respaldado em teorias da comunicação e em autores importantes do campo, avalia o contexto digital como um lugar que reproduz a dificuldade de polifonia. Nele, a relevância de políticas culturais que estejam em constante interação com as de comunicação é destacada.

Uma reflexão sobre o lugar da leitura e dos leitores respalda as reflexões apresentadas, visto que ler, na contemporaneidade, não se limita aos impressos. Uma série de interações têm sido feitas a partir da leitura e escrita e, inclusive, se pensarmos nos aparelhos tecnológicos e nas redes sociais, a interação leitura/escrita tem se intensificado.

O capítulo conjuga, por fim, a cultura digital como uma cultura política. Os exemplos que envolvem ações de conexão de diferentes partes do planeta para a realização de uma atividade cultural nos remetem, automaticamente, para o momento presente, em que enfrentamos uma pandemia e os processos de adequação e o acesso digital a diversas formas de fruição foram, de certo modo, acelerados pela recomendação de distanciamento social que impactou, sobremaneira, os equipamentos culturais tradicionais.

Com perguntas certas, Canclini não deixa de nos alertar sobre os fenômenos desiguais da globalização, visto que eles “[...] limitam a ampliação da diversidade cultural ao acentuar a concentração empresarial e dar pouco espaço às rádios, televisões e

cinematografias independentes, à conectividade alternativa e solidária” (CANCLINI, 2019, p. 152). Ou seja, uma só política cultural não dá conta da diversidade das necessidades culturais da sociedade, por isso devemos conjugar o termo no plural. Na atual conjuntura, portanto, Canclini volta a afirmar que existe um papel político de cada ator na elaboração de políticas culturais, pois a complexidade do campo requer intervenções que passam pela atuação do Estado, das instituições civis e dos grupos comunitários organizados. Só assim as políticas darão conta de uma **democracia cultural** que abarque, efetivamente, a diversidade cultural.

## REFERÊNCIAS

CANCLINI, N. *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões*. Salvador: Edufba, 2019.